

# EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICA DE ATENDIMENTO NAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NO ESPÍRITO SANTO

**Reginaldo Célio Sobrinho**  
[rsobrinho2009@hotmail.com](mailto:rsobrinho2009@hotmail.com)

**Edson Pantaleão**  
[edpantaleao@hotmail.com](mailto:edpantaleao@hotmail.com)

UFES

Grupo de pesquisa “Educação Especial: formação, práticas e políticas de inclusão”

Financiamento: SEDU-ES

**Eixo 1** – Políticas públicas, financiamento, avaliação e gestão da educação

**Resumo:** A pesquisa objetivou analisar a política educacional de atendimento praticado nas instituições especializadas em Educação Especial localizadas na jurisdição da Superintendência Regional de Educação de Barra de São Francisco/ES. Em termos teórico-metodológicos, optamos pela pesquisa do tipo etnográfico. Utilizamos como instrumentos para coleta de dados: questionário, entrevista coletiva e a dinâmica de grupo focal. Os resultados evidenciaram o caráter essencialmente clínico e assistencialista das Instituições Especializadas, oferecidos ainda de maneira precária e ineficiente.

**Palavras-chave:** Políticas de Educação Especial; Instituição especializada; Filantropia.

## INTRODUÇÃO

Integrando a pesquisa “Políticas de Educação Especial no Espírito Santo: questões atravessadoras na relação instituição especializada e escola comum”, o estudo teve como objetivo analisar a política educacional de atendimento praticado nas instituições especializadas em Educação Especial localizadas na jurisdição da Superintendência Regional de Educação de Barra de São Francisco/ES.

O debate “público-privado” nas relações entre Estado e instituições especializadas, tem sido focalizado por pesquisadores da área. Kassar (2004); Viegas e Bassi (2009), reúnem informações importantes a respeito da oferta de atendimentos especializados aos alunos com deficiência. Constata-se que à divisão de responsabilidades, acrescenta-se o custo do aluno nos dois setores, afirmando assim, que os recursos oriundos do Estado estão presentes nos setores públicos, quando assume de forma direta a sua manutenção, e/ou no privado quando

esta é por via dos convênios. A partir desse debate, apresentamos, neste texto, elementos para problematizar essas questões.

## METODOLOGIA

Optamos pela metodologia de pesquisa do tipo etnográfico, o que nos permite conhecer o particular, “[...] considerando todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas” (ANDRÉ, 1995, p. 17).

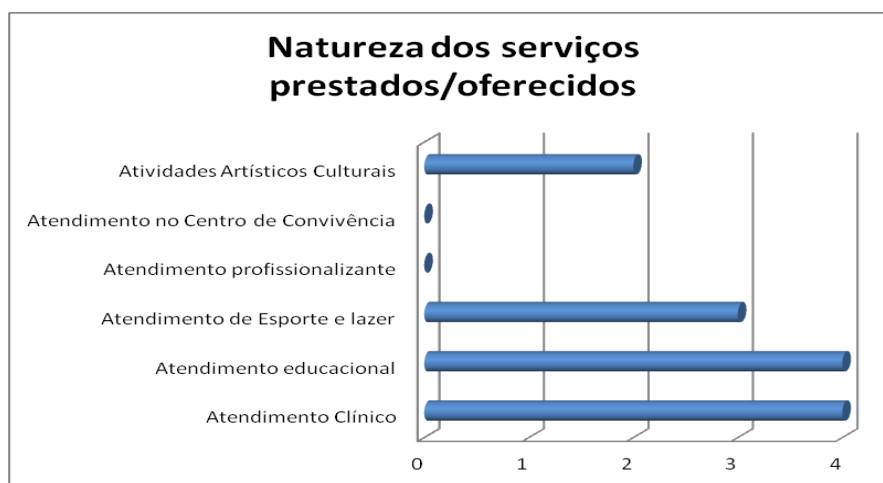
Foram sujeitos da pesquisa: membros da equipe pedagógica de cinco instituições especializadas (coordenador pedagógico, pedagogo, supervisor); docentes e profissionais da área clínica; profissionais da área de gestão de recursos financeiros e familiares (pai, mãe ou responsável) das pessoas beneficiadas pelos serviços das instituições especializadas.

Na dinâmica de coleta dos dados foram utilizados como ferramenta:

- a) Grupos focais;
- b) Questionários;
- c) Entrevistas coletivas semi-estruturadas;

## RESULTADOS

O gráfico 1 apresenta os tipos de serviços oferecidos pelas instituições pesquisadas.



**Gráfico 1 – Natureza dos serviços oferecidos nas instituições**

Observa-se que 100% das instituições declaram oferecer atendimento educacional e clínico, 75% oferecem, além do atendimento educacional e clínico, o atendimento em Esporte e Lazer; e 50% das instituições oferecem ainda atividades artísticas e culturais.

O gráfico 2 contempla as especificidades clínicas oferecidas pelas Instituições.



**Gráfico 2 - Especialidades clínicas oferecidas**

Percebemos que 100% das instituições oferecem o atendimento de fonoaudiologia e de fisioterapia; 75% possuem atendimento psicológico; 25% oferecem além dos serviços mencionados o atendimento médico.

Destaca-se que, o exercício da perspectiva caritativa contribui em grande medida para a manutenção de políticas que, apoiadas em expressões como pluralismo, participação e altruísmo, ressalta a *solidariedade* e a *parceria* da sociedade civil, como forma de propiciar a inclusão social da pessoa em situação de deficiência (VIEGAS; BASSI, 2009).

## CONCLUSÕES

Reiteramos a importância do oferecimento de serviços de saúde à população e destacamos que os serviços de saúde disponibilizados às pessoas em situação de deficiência nas instituições especializadas da Região de Barra de São Francisco permanecem restritos à atuação de fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psicólogos.

A ausência do Estado no atendimento às necessidades das pessoas com deficiência acaba por legitimar a atuação das Instituições Especializadas, fortalecendo crenças a respeito do seu papel na sociedade civil, ancorada no que a filantropia é capaz de suprir.

## REFERÊNCIAS

André, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papyrus, 1995.

Kassar, M. C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: In: GOES, M.C.R.; LAPLANE, A.F. (Orgs). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Viegas, L. T.; Bassi, M. E. A. Educação Especial no âmbito da Política de Fundos no Financiamento da Educação. In: **Reflexão e Ação**, v. 17, p. 54-87, 2009.